

Governo vai pagar R\$ 24,8 bilhões de dívidas que não entram nas estatísticas

Meta faz parte do acordo com o FMI. Parte do rombo do FCVS está incluído

Leandra Peres

• **BRASÍLIA.** O Governo brasileiro prometeu ao Fundo Monetário Internacional fazer uma limpeza em seus armários no ano que vem e retirar de lá R\$ 24,8 bilhões em esqueletos escondidos. Isso, na verdade, é uma tentativa do Governo de acertar as dívidas que tem, não nega, e não inclui nas estatísticas oficiais. Por isso, só paga quando puder, ou seja, quando não tiver impacto sobre os números da economia brasileira.

Os esqueletos são dívidas da União que não estão contabilizadas como parte da dívida pública. Aparecem à medida em que vão sendo pagas. No acordo com o FMI, a equipe econômica promete reconhecer e pagar R\$ 24,8 bilhões desse passivo. Para não dizer que vai só aumentar a dívida, teve que arrumar alguma fonte de receitas para compensar o que vai gastar com os esqueletos: a privatização, que deverá render R\$ 25,7 bilhões no mesmo período. A meta, entretanto, não é daquelas que pune o Brasil caso não seja cumprida. É o que os técnicos chamam de meta indicativa: tenta-se alcançar; mas, não chegando lá, negocia-se.

Esqueletos escondem o real endividamento do país

A preocupação do Fundo com os esqueletos é que eles escondem o endividamento do país. Um exemplo é a dívida de quase R\$ 60 bilhões do Governo com o FCVS (subsídio dado até a década passada para a compra da casa própria), que não consta dos anuários do Banco Central.

Durante o prazo do acordo com o FMI, o Governo vai tirar apenas um pequeno pedaço do mais gordo de todos os esqueletos. O FCVS já teve R\$ 3,7 bilhões da dívida total reconhecida, mas

no ano que vem deverão sair outros quase R\$ 7,8 bilhões. Faltarão, ainda, quase R\$ 50 bilhões. Na conta dos R\$ 24,8 bilhões que sairão do armário entre novembro do ano passado e dezembro deste ano, também entrará a venda dos bancos estaduais e parte da renegociação da dívida dos agricultores.

O outro terror do Governo, o subsídio ao álcool, já mostrou a cara. O Tesouro Nacional gastou R\$ 5,8 bilhões em outubro para dar títulos em pagamento à Petrobrás. Vai receber este dinheiro de volta, porque quem vai pagar pelos anos do subsídio serão mesmo os donos de carros à gasolina. É que o dinheiro arrecadado com

o último aumento dos combustíveis vai para a Petrobrás, que devolverá os títulos ao Tesouro.

O medo de aparições repentinas, no fechar das contas de cada mês, costuma fazer a equipe econômica jogar boa parte da culpa pelo crescimento da dívida sobre os esqueletos. Os números do Banco Central e do Tesouro Nacional, entretanto, mostram que o perigo está mesmo nos gastos que ficam sempre acima das despesas. No ano passado, a dívida do setor público, já descontados os efeitos das privatizações, cresceu R\$ 50,5 bilhões. Mas o levantamento da limpeza do armário mostra que entraram nas estatísticas oficiais pouco mais de R\$ 10 bilhões desde janeiro. Neste balanço, não está incluída a rolagem das dívidas dos estados, em grande parte já captadas nas estatísticas oficiais.

Saneamento dos bancos estaduais é pendência

Na lista do que já foi resolvido está o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), que em 1995 custou cerca de R\$ 500 milhões aos cofres públicos, e a Sunaman, que só deixou de ser esqueleto depois que o passivo de R\$ 3,5 bilhões foi reconhecido. A Siderbrás foi o caso mais longo da História. De 1991 a 1996, causou pânico na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, e levou R\$ 5,5 bilhões do Tesouro Nacional.

Entre as pendências, que incluem o megapassivo do FCVS, está o saneamento dos bancos estaduais, a dívida de Itaipu com a Eletrobrás e operações do setor agrícola que o Tesouro Nacional deve ao Banco do Brasil. O Governo não tem um levantamento preciso dos esqueletos, mas sabe que terá muito trabalho até que todas as ossadas saiam do armário que não parece ter fundo.

LIMPANDO O ARMÁRIO

A ORIGEM DAS DÍVIDAS

• **FCVS:** A correção dos contratos do Sistema Financeiro Habitacional eram reajustados por um índice superior ao do salário dos mutuários. O Governo cobria a diferença com o Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS).

• **CONTA PETRÓLEO:** A produção do álcool combustível era mais cara que a da gasolina, o que tornava a venda do produto inviável. Para tornar possível a venda do combustível no país, o Governo resolveu dar um subsídio. Pagava parte do custo para que o preço ficasse inferior à gasolina. A conta cresceu e custou R\$ 5,8 bilhões aos cofres federais.

• **RECEBÍVEIS DE ITAIPU:** Durante a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, o Paraguai não tinha recursos para garantir sua parte no negócio. O Tesouro fez empréstimos com a Eletrobrás que repassou à Itaipu para pagar até 2023.

• **PASSIVO NUCLEAR:** Foi retirado das contas da Eletrobrás e transferido para uma empre-

sa que administrará as usinas nucleares. A dívida, que pode chegar a R\$ 6 bilhões, tem origem na obrigação de o Tesouro Nacional cobrir a diferença entre o custo de produção entre energia elétrica e nuclear.

• **SECURITIZAÇÃO DE DÍVIDAS AGRÍCOLAS:** Os produtores agrícolas, devedores principalmente do Banco do Brasil, tiveram suas dívidas assumidas pelo Governo, que paga juros altos aos bancos e cobra taxas mais baixas dos produtores.

• **EGF ESPECIAL:** São empréstimos feitos pelo BB com garantia do Tesouro Nacional, que não quitou sua dívida com a instituição. As negociações para o reconhecimento do esqueleto estão adiantadas.

• **COMPANHIA DOCAS:** Para a privatização, o Tesouro Nacional teve de assumir o custo de saneamento das Docas, responsáveis pelo gerenciamento dos portos. O maior desequilíbrio, quase R\$ 100 milhões, estava nas Companhia Docas do Rio de Janeiro.